

PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 9 – CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

Março 2021

ANEXO 9 – CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

Os requisitos para identificação das partes interessadas em um Sistema de Gestão Ambiental encontram-se na Seção 4.2 da norma ISO 14001:2015, podendo contudo encontrar-se outras definições na literatura:

A razão para a identificação das partes interessadas visa determinar as necessidades e expectativas relevantes destas partes de forma que se possa determinar quais destas necessidades e expectativas são obrigações de conformidade. Parte dos motivos para a elaboração de um PMA e para se montar e manter um SGA compreendem a tentativa de satisfazer as necessidades (declaradas ou implícitas) de suas partes interessadas

“4.2 Entendendo as necessidades e expectativas de partes interessadas: A organização deve determinar: a) as partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão ambiental; b) as necessidades e expectativas pertinentes (ou seja, requisitos) dessas partes interessadas; c) quais dessas necessidades e expectativas se tornam seus requisitos legais e outros requisitos.”

Nas normas ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015, o objetivo de envolver as partes interessadas é verificar se alguma necessidade ou expectativa de partes interessadas se transforma num requisito para o Sistema de Gestão.¹

Por outro lado, do próprio caderno de encargos que suporta este estudo, surge a necessidade de “Adotar uma visão abrangente na medida em que todas as partes interessadas devem ser envolvidas no processo de planeamento. Entre as partes envolvidas incluem-se a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesias, representantes de entidades públicas e representantes das empresas;”.

Faz também parte da Política Ambiental de uma entidade, que a mesma deve ser extensível às relações com as partes interessadas, portanto, o próprio Plano Municipal de Ambiental no qual a mesma assenta também o deverá ser.

Diferentes pessoas poderão estar interessadas no PMA ou SGA de uma dada entidade por várias razões diferentes e determinar as necessidades e expectativas delas pode constituir informação útil para a direção “política” da entidade.

Podemos dizer que as partes interessadas no desempenho ambiental do MVFX são, a priori, todos os municípios, de uma forma geral e particularmente, todas as pessoas e entidades que de alguma forma interagem com os serviços do município ou lidam com os seus efeitos.

A consulta às partes interessadas foi preparada, numa primeira fase, através do lançamento de questionários (em anexo ao estudo principal):

- Questionário aos municípios (para um mínimo 382 inquéritos)

¹ Vd. URL: <http://blog.bvtreinamento.com/2017/04/necessidades-partes-interessadas/> [consultado em 14/05/2017].

- Questionário aos autarcas (para um mínimo 6 inquéritos, um por cada Junta de Freguesia)
- Questionário às Dirigentes /Técnicos Municipais (não foi definido um número mínimo de inquéritos, entendendo-se que deverá abranger o maior numero possível dos responsáveis por seções, divisões ou departamentos cuja atividade tenha alguma incidência ambiental significativa)

Cada questionário foi estruturado de um modo muito semelhante visando entender as necessidades e expectativas de partes interessadas:

1. Uma primeira parte de explicação dos objetivos e para identificação/caraterização dos inquiridos ou da entidade
2. Uma segunda parte para avaliar as perceções sobre o ambiente no Concelho, partindo do global para o particular.
3. Uma terceira para obter perceções sobre a qualidade de vida no Concelho
4. Uma quarta parte, exclusiva para os inquéritos aos autarcas e aos técnicos municipais, referente à relação com o município e sobre os instrumentos de desenvolvimento sustentável, destacando-se o Plano Estratégico de Ambiente e Avaliação Ambiental Estratégica do PDM VFX.

Para a população de Vila Franca de Xira para um erro amostral de 5% e um intervalo de confiança de 95%, assumindo que apenas metade da população terá acesso à Internet (65 000 hab.) foi assumido como meta do número de respostas por questionário *online* um mínimo de 382 inquéritos respondidos.

Essa questão da infoexclusão é muito importante mas será de admitir como aceitável, por motivos puramente pragmáticos, algum enviesamento da amostra e dos resultados das estatísticas daí resultantes.

Neste estudo foram considerados relevantes o PEA e a AAE PDM VFX para efeitos de obtenção de dados por inquérito, especialmente no que toca ao Plano de Ações do primeiro e às Diretrizes para seguimento do segundo, em particular por serem os instrumentos orientados para a sustentabilidade do MVFX mais recentes com um grau suficiente de abrangência.

A falta de evidência documental objetiva ou o seu caráter difuso sobre o estado de aplicação das medidas do Plano Estratégico de Ambiente e das recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira² de entre a informação recolhida junto dos serviços municipais que mais proximamente acompanharam este trabalho³ levaram a que a procura de informação sobre o estado de aplicação desses dois instrumentos fosse traduzido em questões na quarta parte dos questionários para os autarcas e para os técnicos municipais, estratégia que foi aceite pelos responsáveis por esses serviços.

² O que não pode de modo nenhum levar a qualquer tipo de interpretação sobre o estado de cumprimento ou aplicação desses instrumentos.

³ DASDES - Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público do Departamento de Ambiente, Sustentabilidade, Desporto, Equipamentos e Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Também aqui, a extrema limitação da amostra dos técnicos municipais e juntas de freguesia comprometeu os possíveis resultados que se poderiam obter relativamente ao estado de aplicação das recomendações e medidas do PEA e da AAE PDM VFX, pelo que será necessário recorrer a outros métodos para esse efeito.

Será o tratamento e análise dos resultados desses questionários e o trabalho com “focus groups” que irão validar orientações de política e medidas do PMA e permitir construir a primeira versão de um Plano de Ações.

Numa segunda fase, propõe-se a consulta a grupos de partes interessadas através de fóruns dedicados a temas específicos do PMA.

Um levantamento preliminar permite listar os seguintes públicos ou partes interessadas (Figura A9.1) que podem, numa lógica relacional, serem agrupados por grupos de interesse, em eventos com metodologias participativas adequadas.

A estruturação por grupos de interesse visa agrupar partes interessadas com tópicos em comum no que diz respeito à relação com o MFVX e o PMA para uma fase posterior de trabalho (Fóruns com as Partes Interessadas), visando determinar aspetos críticos e soluções em relação com a Governança do próprio PMAVFX.

Temos assim, na mesma lógica relacional, podem estruturar-se 5 grupos de interesse (Figura A7.16) visando responder a uma pergunta básica cada:

- i. **Como garantir que os requisitos da Política e do PMA cumprem os requisitos legais e regulamentares das tutelas?** - Governo, Reguladores/Fiscalizadores, Dirigentes Políticos, Técnicos e Chefias Municipais;
- ii. **Como comunicar os requisitos do PMA às partes interessadas?** Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais, Universidades, Grupos de Pressão;
- iii. **Como transmitir os requisitos da política ambiental na cadeia de valor do MVFX, aos fornecedores e utentes?** - Fornecedores da CMVFX, Empresas com algum tipo de relação ou associações empresariais e comerciais, grupos representativos de clientes/utentes/responsáveis de IPSS, Técnicos e Chefias Municipais
- iv. **Como monitorizar e garantir a sustentabilidade do PMA no longo prazo?** - Universidades, Técnicos e Chefias Municipais, Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais;
- v. **Como envolver o público na melhoria do desempenho ambiental do MVFX?** - Grupos de Pressão (ONGA, Associações de Consumidores, Plataformas Cívicas), cidadãos (líderes de opinião), grupos representativos de clientes/utentes/responsáveis de IPSS, Técnicos e Chefias Municipais, Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais.

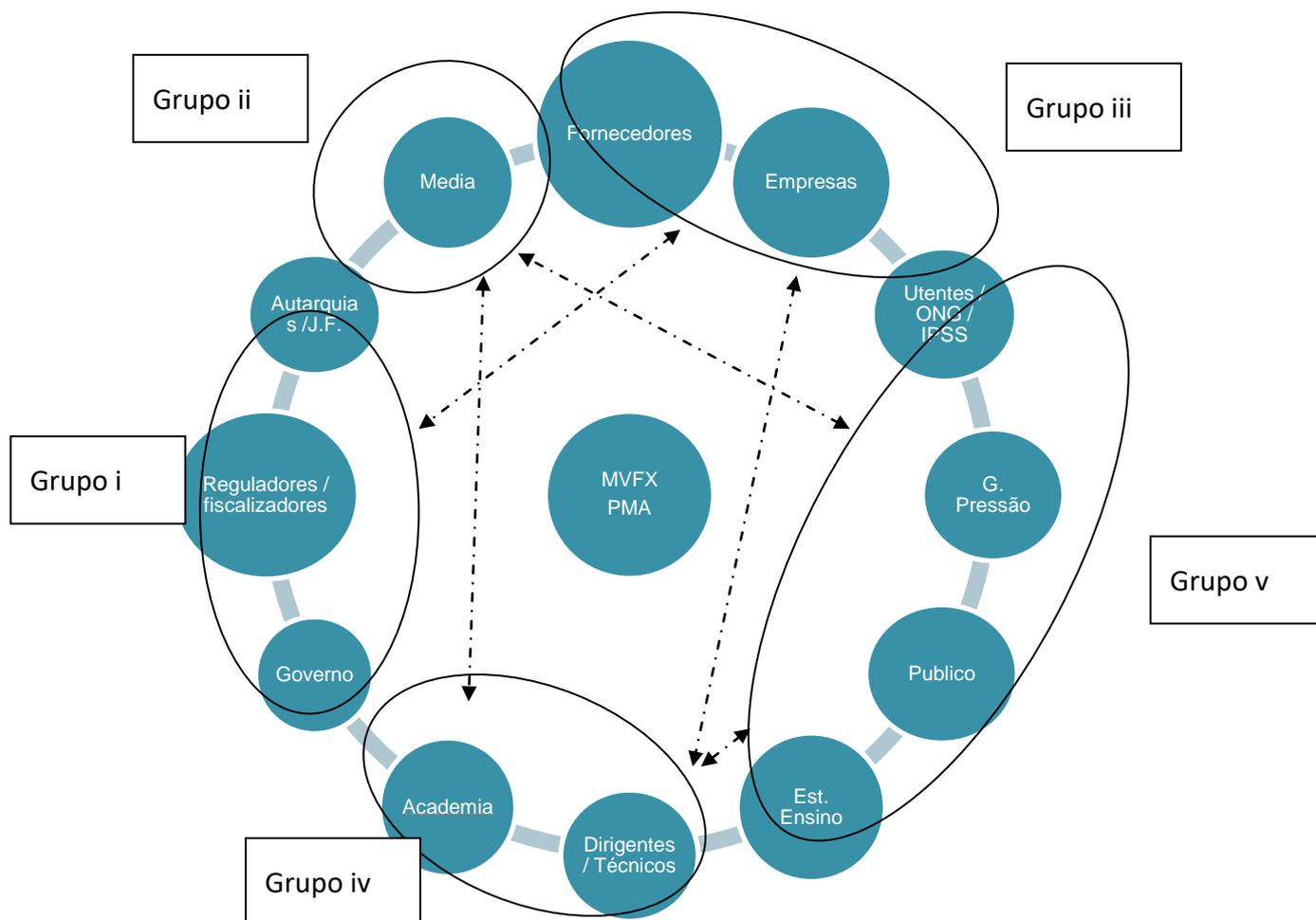


Figura A9.1 Partes interessadas para o PMA VFX e estruturação por grupos de interesse.

INQUÉRITOS AOS PÚBLICOS-ALVO

Foram definidos 3 públicos-alvo principais: munícipes, técnicos municipais e autarquias.

Os inquéritos foram implementados pelo DASDEDS/CMVFX através de formulários *online* “Google form” publicados na página do Município.

A amostra de população inquirida ficou limitado a 141 pessoas, abaixo da meta estabelecida, o que compromete a representatividade do mesmo, em termos de género, classes etárias, socioprofissionais, residência e outros aspetos, não tendo sido possível, por motivos logísticos alargar o universo às pessoas sem acesso à internet, o que por sua vez não permite contornar o problema da infoexclusão nessa amostra. Nas respostas relativas às questões iguais às da população geral foram incluídas as dos técnicos e juntas de freguesia: Mormente essas dificuldades, considera-se que os resultados obtidos são suficientemente representativos para revelar tendências e aspetos a resolver em diversas áreas no Concelho.

CARATERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

Nas figuras seguinte apresenta-se a distribuição da amostra em relação à residência dos inquiridos, por Juntas de Freguesia ou Freguesias ou residentes fora do Concelho, para o género, divisão etária e outros parâmetros de caracterização. Para este efeito consideraram-se que as respostas do técnicos e chefias, integradas nas seções comuns a todos os questionários, pela sua visão mais abrangente, como sendo exteriores ao Concelho.

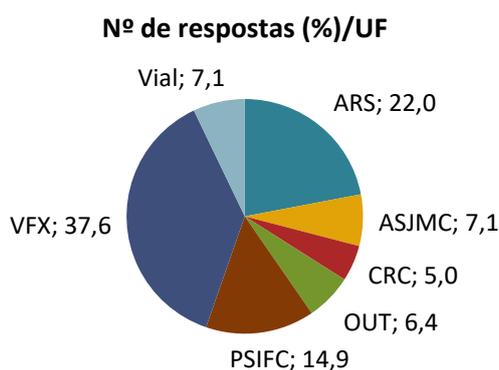


Figura A9.2 Distribuição em percentagem do local de residência dos inquiridos .

Legenda: ARS - Alverca do Ribatejo e Sobralinho; ASJMC – Alhandra, S.J. Montes, Calhandriz; CRC – Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; OUT – Exterior ao Concelho; PSIFC – Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; VFX – Vila Franca de Xira; Vial – Vialonga

Este gráfico mostra o enviesamento geográfico da amostra, com uma distribuição desproporcionada entre as freguesias, face à correspondente população residente.

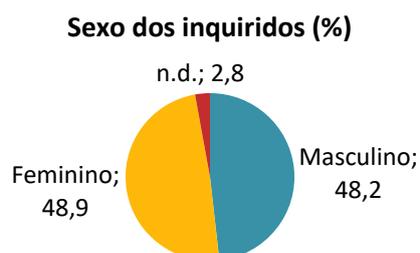


Figura A9.3 Distribuição em percentagem do género dos inquiridos.

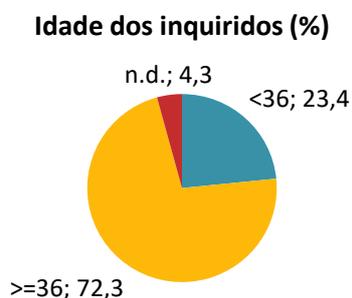


Figura A9.4 Distribuição em percentagem do género dos inquiridos.

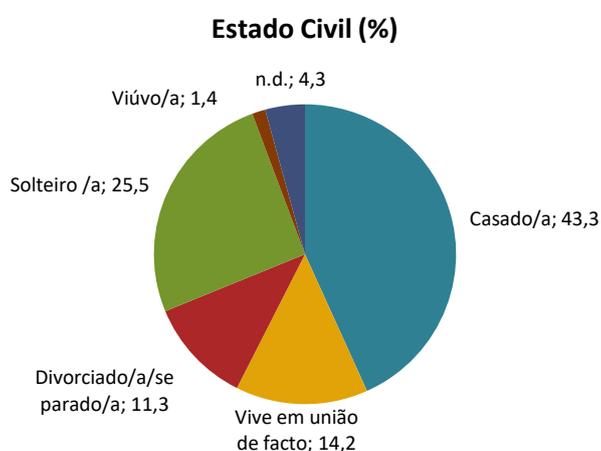


Figura A9.5 Distribuição em percentagem do estado civil dos inquiridos.

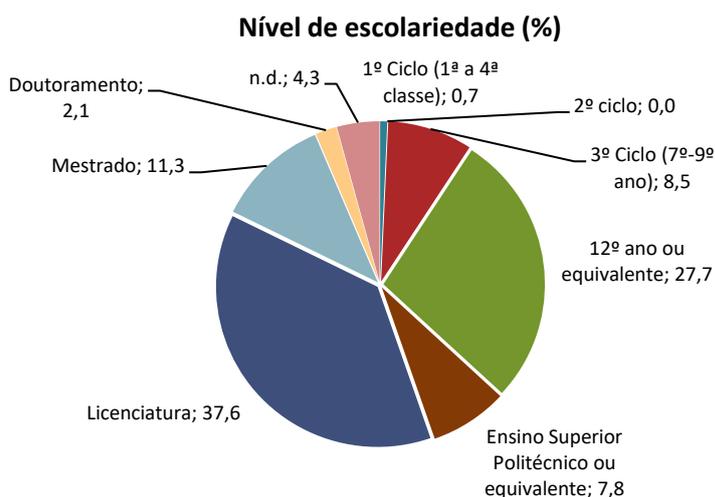


Figura A9.6 Distribuição em percentagem do nível de escolaridade dos inquiridos.

Esta distribuição mostra o enviesamento da amostra em relação ao nível de escolaridade dos inquiridos, quando comparado com os dados do quadro seguinte, sobre o nível de escolaridade mais elevado da população em 2011 (Figura 6.16, fonte: PORDATA), descontando a evolução entre estes dados e período em que decorreu o inquérito (2017).

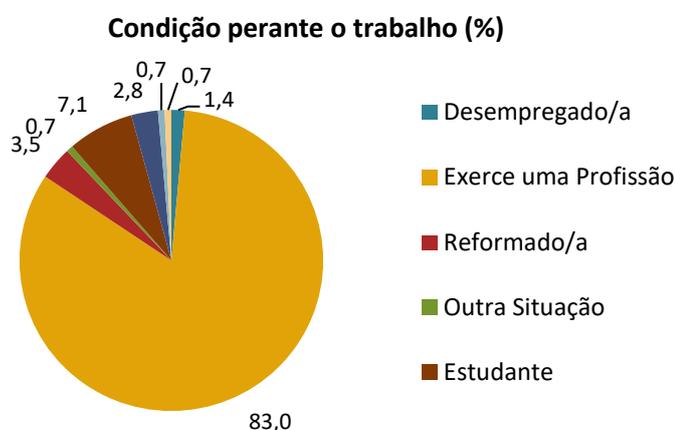


Figura A9.7 Total de população e por nível de escolaridade completo mais elevado em Vila Franca de Xira em 2011 (Fonte: PORDATA)

Percebe-se que ocorreu um enviesamento da amostra relativamente às estatísticas conhecidas para o Concelho, nomeadamente a condição perante o trabalho, onde os desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente com 15 a 64 anos, representam, segundo dados do PORDATA para o Concelho de Vila Franca de Xira, 5,9% em 2015, enquanto os reformados e pensionistas, pela mesma fonte, ascendem a 6,1% para o mesmo ano.

AVALIAÇÃO DA PERCEÇÃO DOS INQUIRIDOS RELATIVAMENTE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS E À SUA GRAVIDADE

Nesta seção avaliam-se as respostas dos inquiridos à pergunta “Da lista de problemas com que o mundo, o país e o próprio Concelho se debatem atualmente, gostaríamos que nos indique a gravidade individual ao nível” do Mundo, do País, do Concelho, da Freguesia os inquiridos destacam como “muito grave” os problemas de transparência, corrupção e incompetência política, falta de civismo, pobreza, exclusão social e fome e desemprego. Entre os problemas que classificam como “grave” o desemprego, ensino/educação, habitação, criminalidade, custo de vida, energia e escassez de petróleo. Na combinação dos dois critérios “muito grave” e “grave”, todas as opções apresentam respostas significativamente elevadas exceto “outros”, o que indicia que a seleção de aspetos a avaliar em relação aos problemas no mundo está de alguma forma completa face à percepção dos inquiridos.

Para todas as questões, há uma boa correspondência entre as respostas para o “Mundo”, “País” e “Concelho”, sendo que, na generalidade, as percepções relativas ao “Concelho” são mais favoráveis que nos dois outros casos.

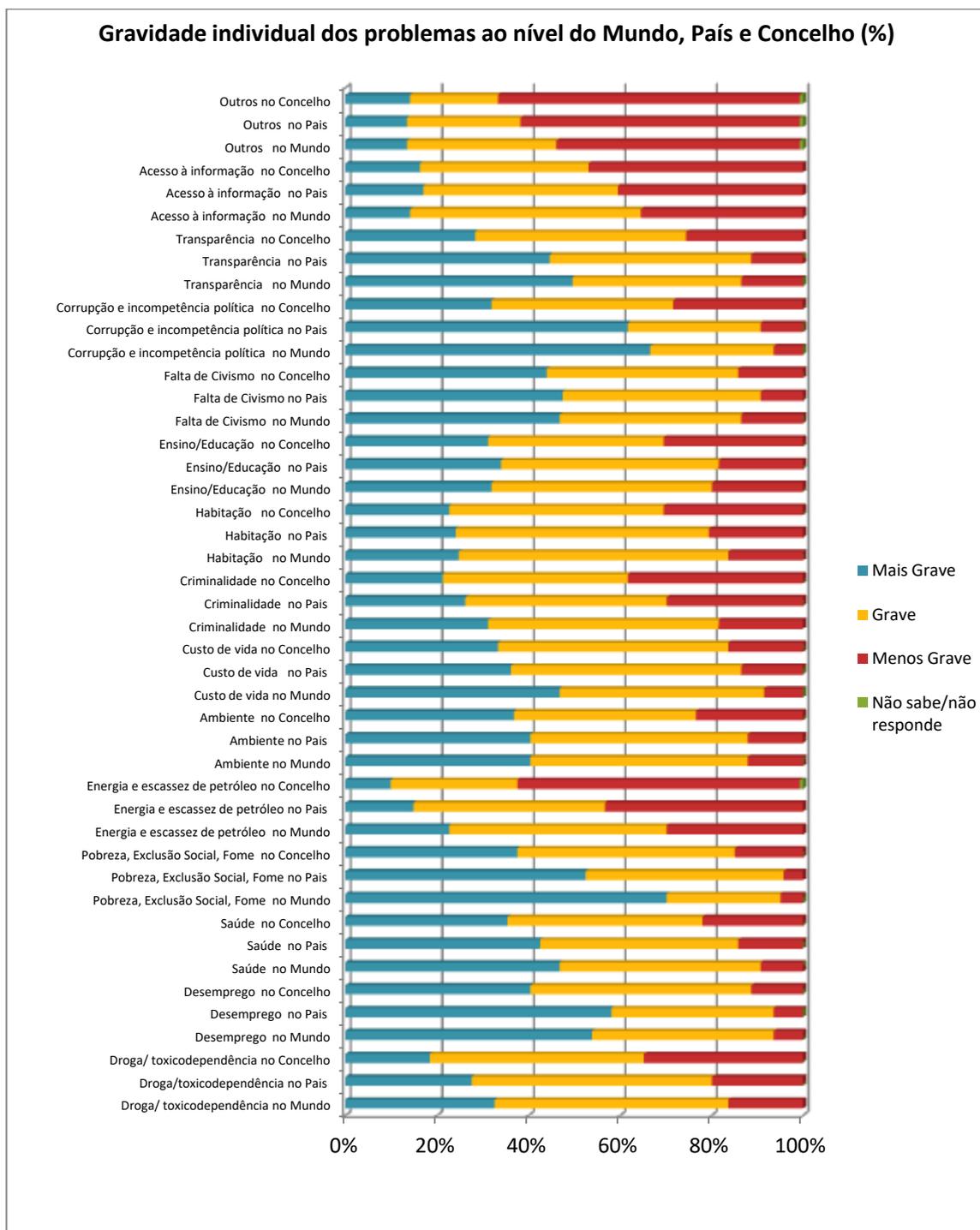


Figura A9.8 aAgregação de dados sobre gravidade dos problemas no mundo, no país e no Concelho, em percentagem de respostas

Dado ser necessário bastante cuidado na análise das respostas em relação às freguesias e uniões de freguesia, uma vez que, se para todo o Concelho se considera que os resultados são apenas indicativos e indicadores de tendências e não representativos, o desdobramento para as freguesias

torna-os ainda menos representativos pelo menor número de respostas recebidas por freguesia ou união de freguesia do Concelho. Por esse mesmo motivo, optou-se por não expor os resultados desagregados por freguesias, devido, precisamente, à sua falta de representatividade e risco de interpretação mais afastada da realidade.

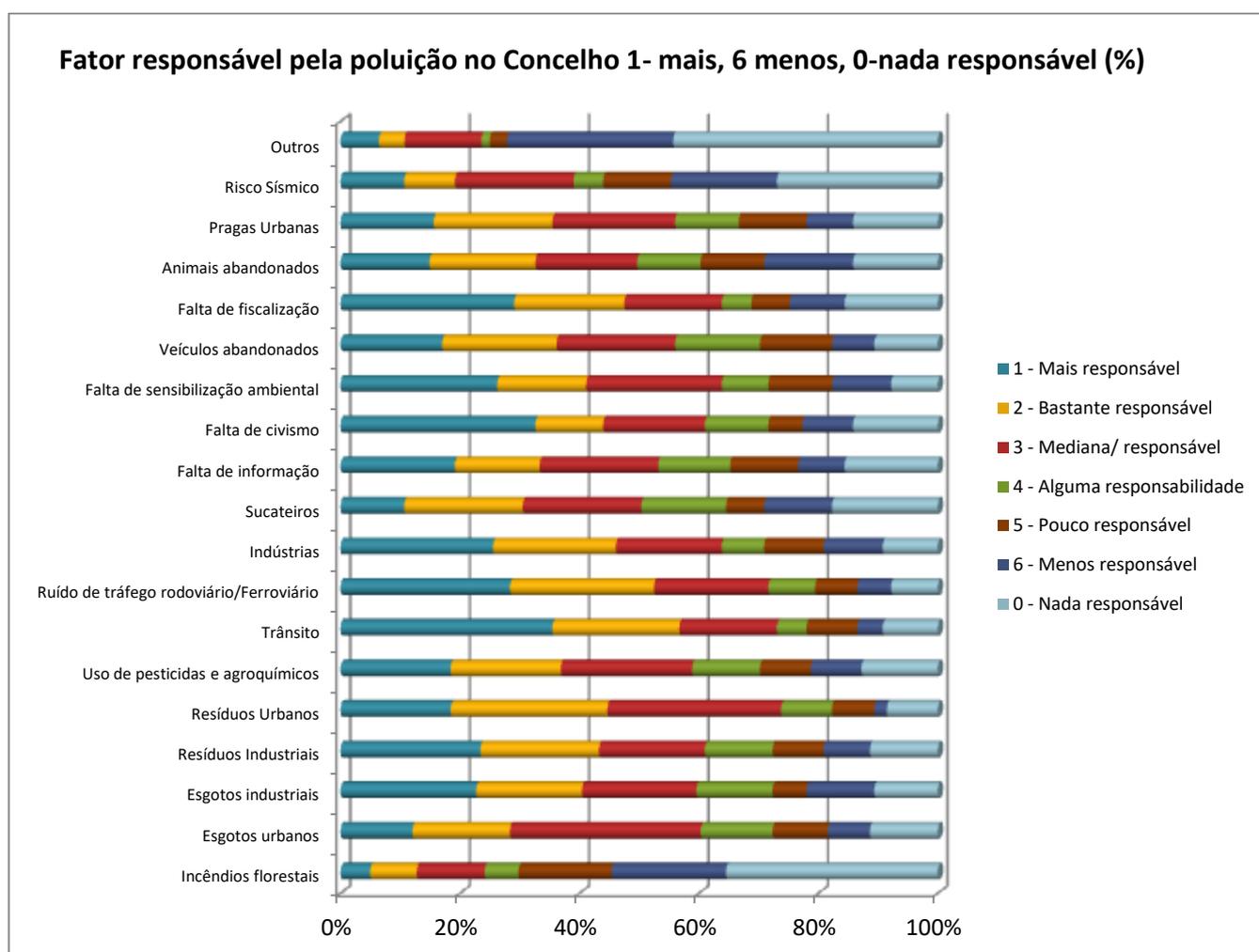


Figura A9.10 Fator responsável pela poluição no Concelho 1- mais, 6 menos, 0-nada responsável (%)

Relativamente aos fatores responsáveis pela poluição no Concelho, o trânsito, o ruído de tráfego rodoviário/ferroviário, as indústrias, a falta de civismo e sensibilização ambiental e a falta de fiscalização destacam-se entre as perceções, classificando-os como “Mais responsável” e “Bastante responsável”.

Os incêndios florestais, riscos sísmicos e outros receberam alguma uniformidade das classificações sem tendências claras num sentido ou noutro.

Sobre a evolução apercebida dos aspetos ambientais nos últimos 5 anos obtêm os resultados expostos no gráfico a seguir (Figura 6.26).

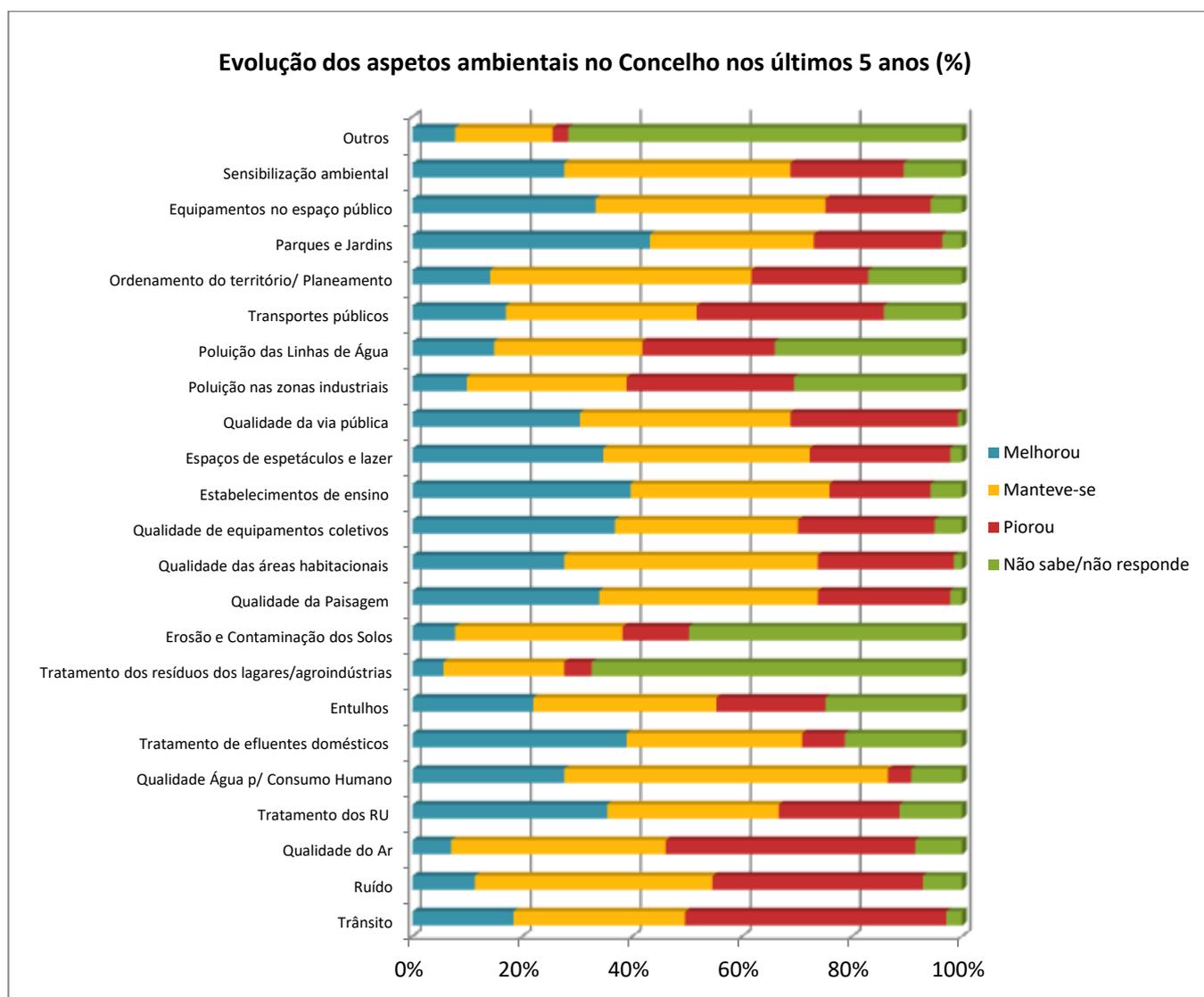


Figura A9.11 Evolução dos aspetos ambientais no Concelho nos últimos 5 anos (%)

Relativamente à evolução dos aspetos ambientais nos últimos 5 anos, não se verificam tendências muito destacadas, o que dificulta a extração de conclusões muito afirmativas, sendo que a maior parte das respostas manifesta-se por “manteve-se”, com as exceções que se referem a seguir.

No que diz respeito ao trânsito, ruído, qualidade do ar, transportes públicos, a maior parte das respostas aponta para a pioria da situação.

No que diz respeito aos parques e jardins, estabelecimentos de ensino, qualidade dos equipamentos coletivos e tratamento de efluentes domésticos, ocorreu um número significativo de respostas positivas, reflexo do grande investimento do Município e administração central em novos equipamentos coletivos desse tipo.

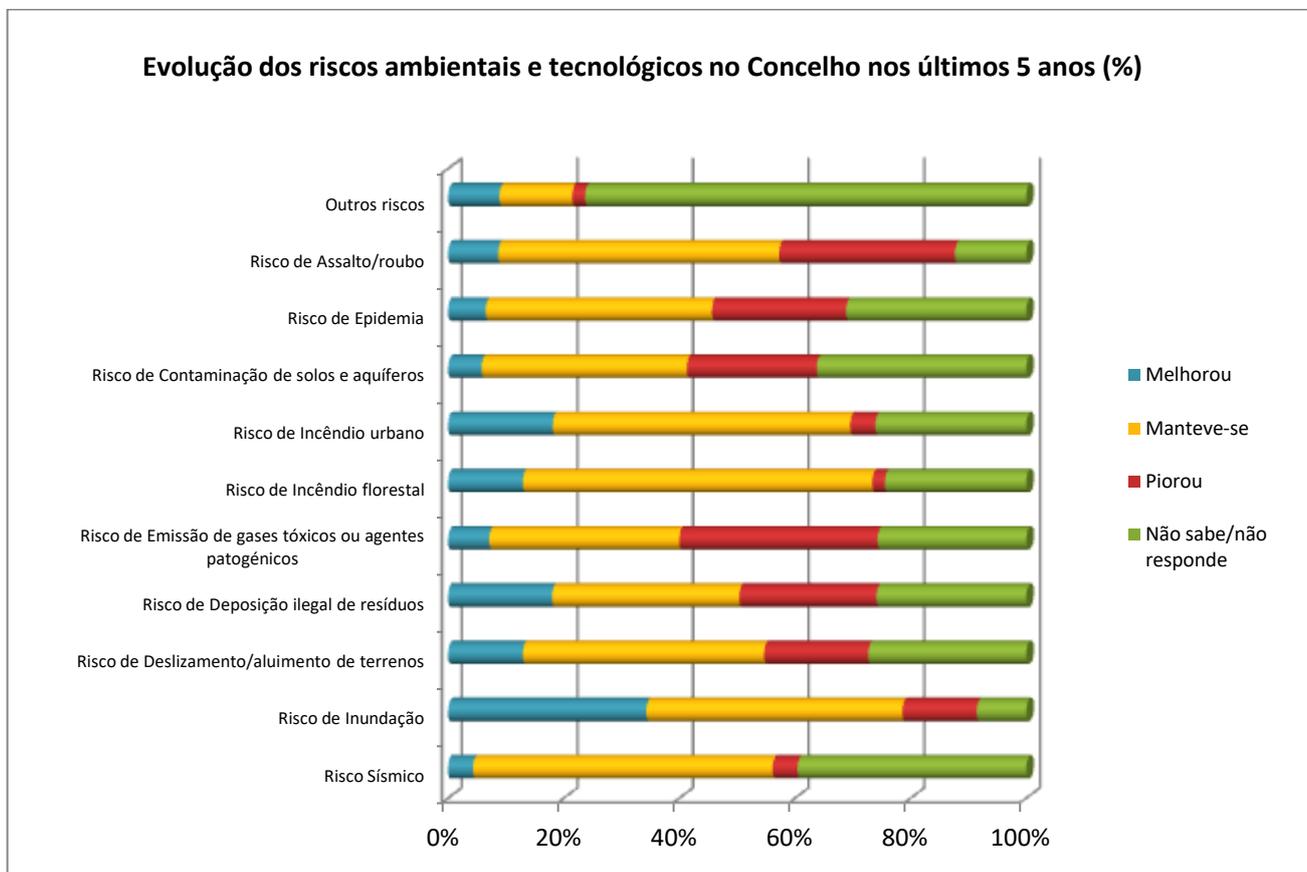


Figura A9.12 Evolução dos riscos ambientais e tecnológicos no Concelho nos últimos 5 anos (%)

A percepção dos inquiridos sobre a evolução dos riscos ambientais e tecnológicos é muito variável conforme o tema abrangido, destacando-se nas melhorias o risco de inundação e nas situações que se mantiveram ou pioraram têm a ver com emissões de gases tóxicos ou agentes patogénicos.

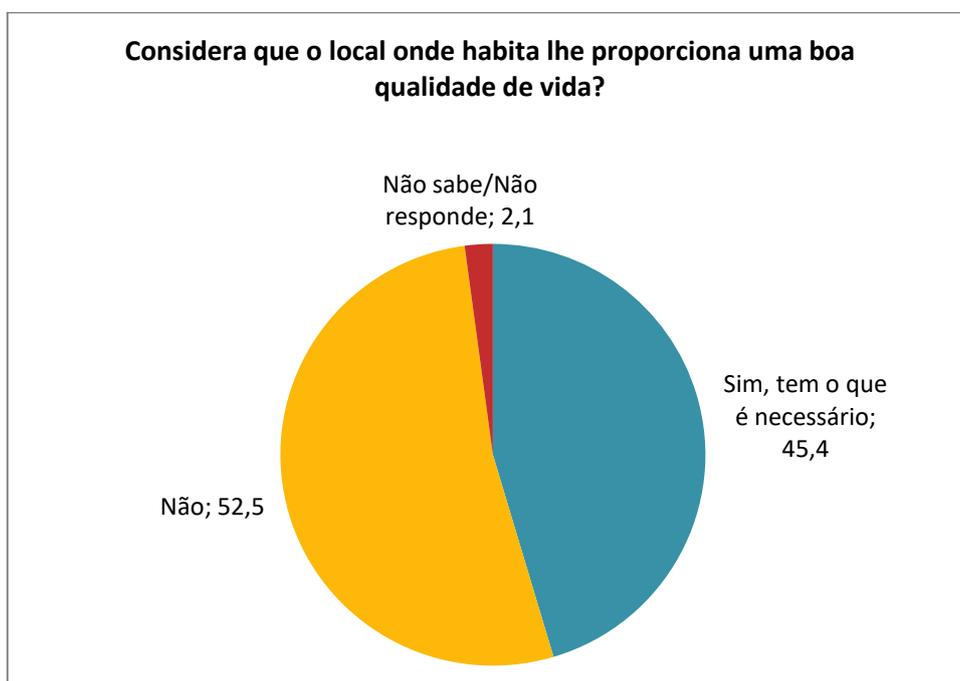


Figura A9.13 Percepção relativamente à qualidade de vida local (%)

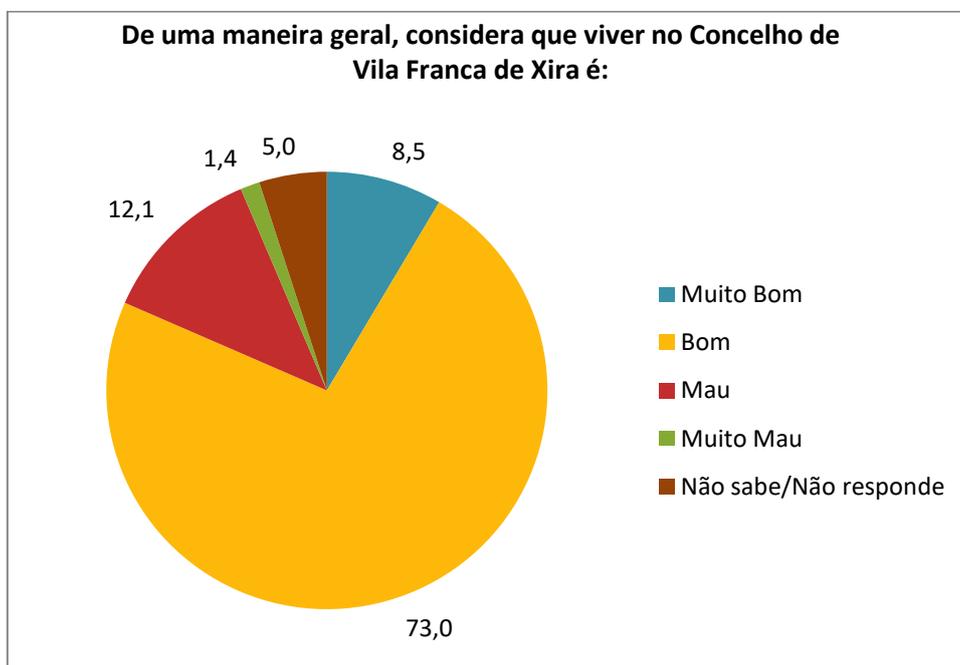


Figura A9.14 Percepção relativamente à qualidade de vida no Concelho (%)

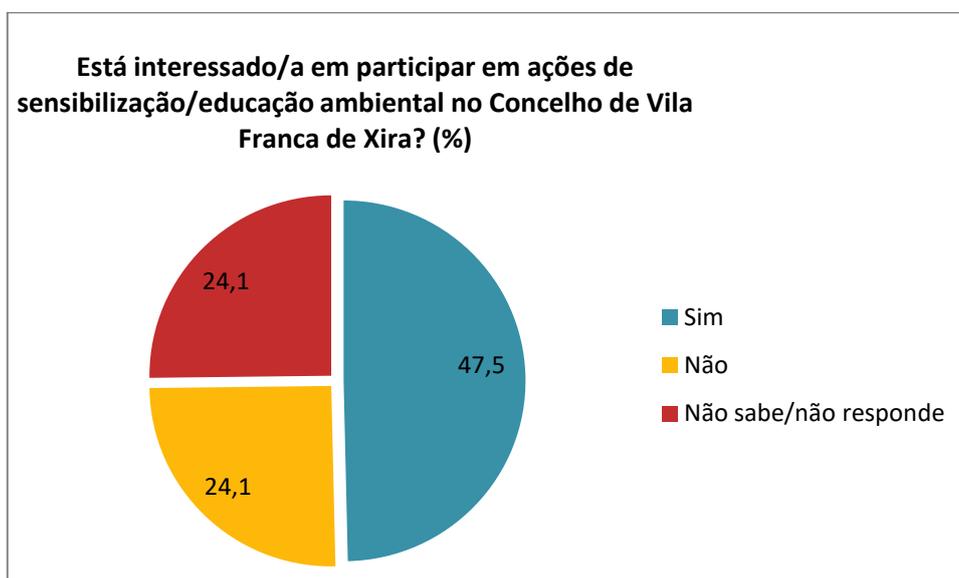


Figura A9.15 Disponibilidade declarada para voluntariado em ações de sensibilização e educação ambiental no Concelho (%)

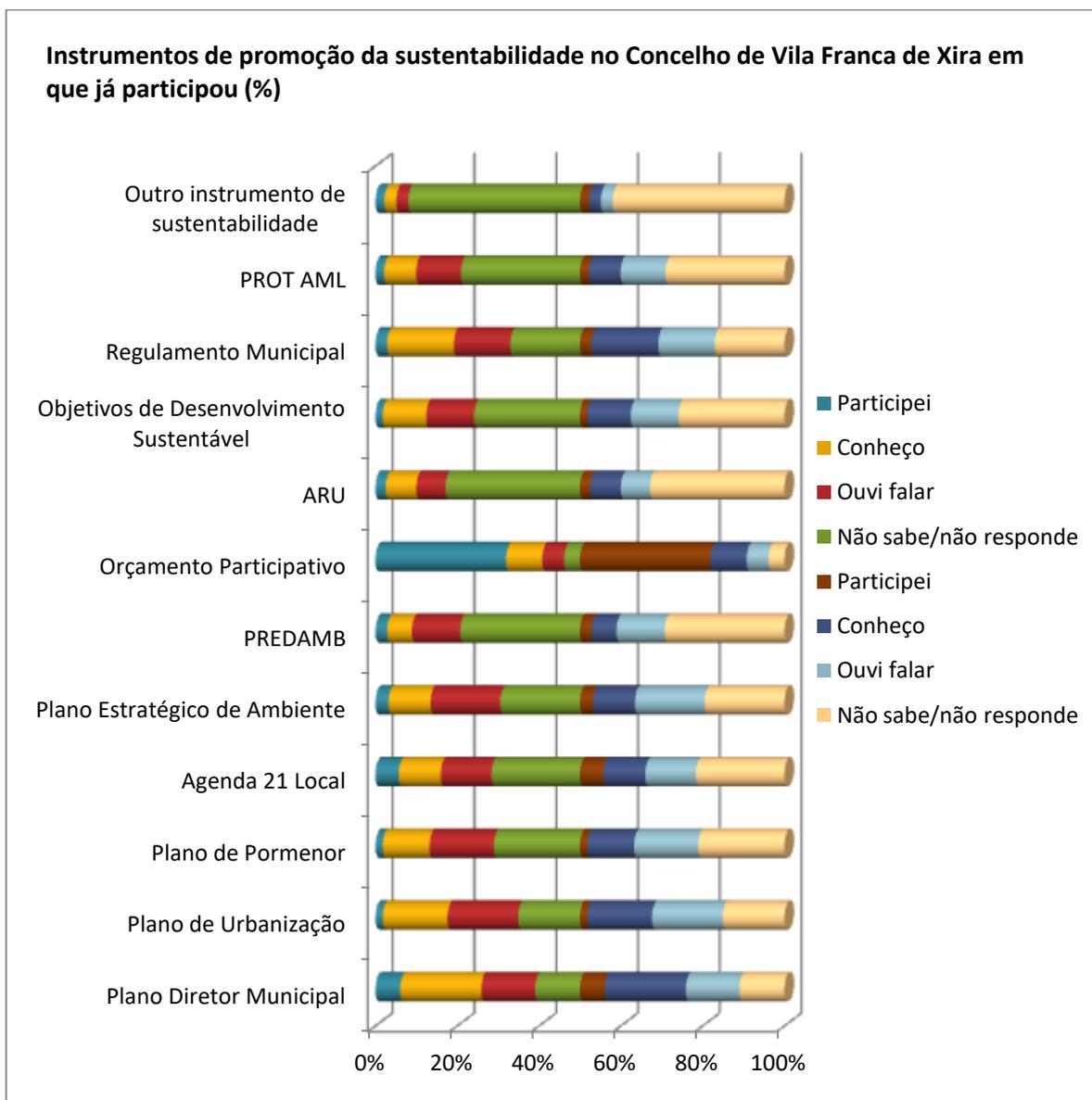


Figura A9.16 Participação declarada em consultas publicas sobre instrumentos de sustentabilidade no Concelho (%)

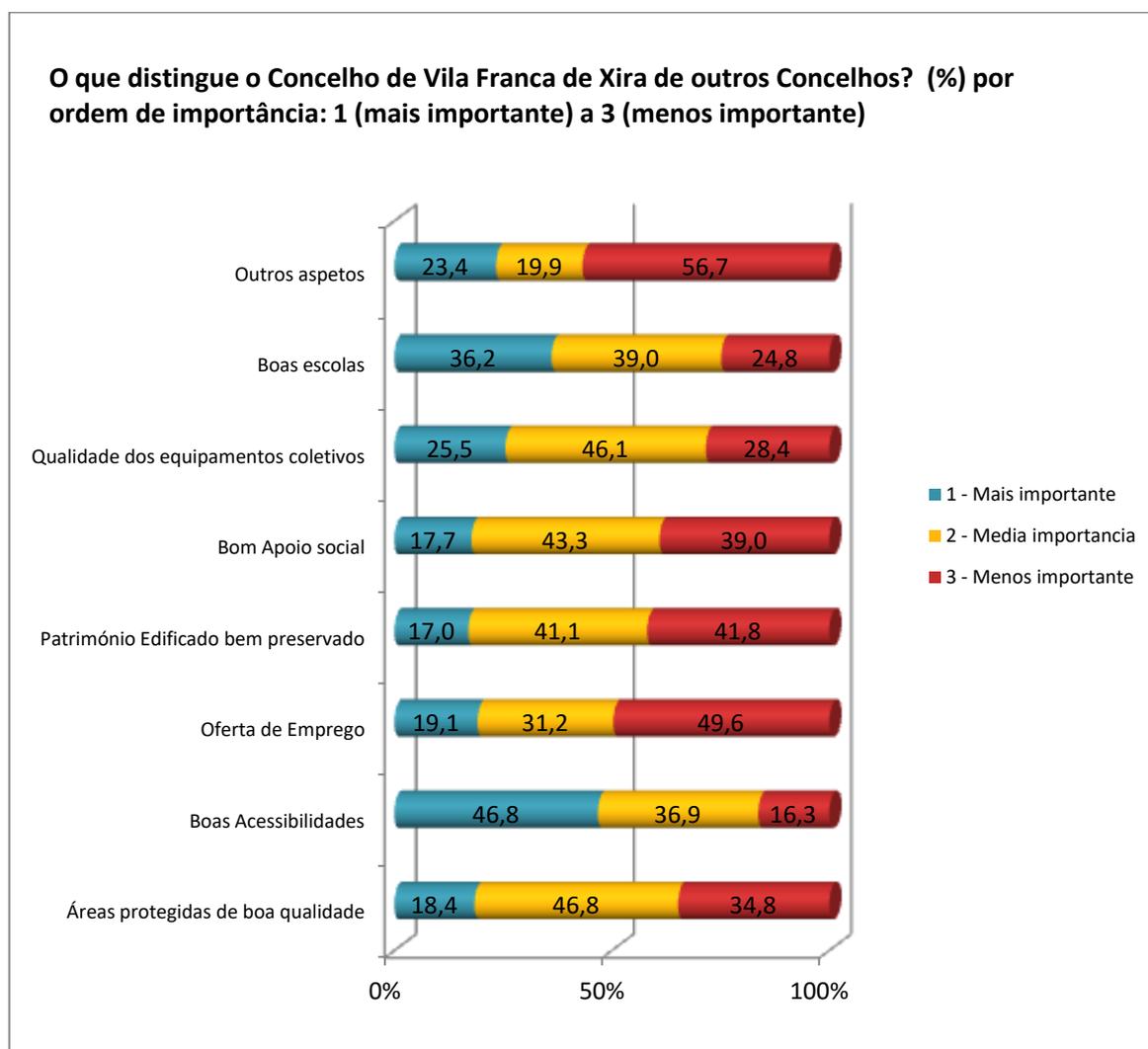


Figura A9.17 Percepção relativamente à qualidade de vida local (%)

Para a pergunta “Para o que classificou como o fator principal na questão anterior, indique um caso concreto (localizando, se puder)” as resposta obtidas foram consideradas não significativas pelo que não se apresenta aqui a representação gráfica das respostas.